

Cristovam admite erro político

E suspende a derrubada de casas no Núcleo Rural de Taguatinga, apesar de defender a legalidade da ação

Francisco Stuckert

O Governo do DF reconheceu ontem que cometeu um erro político ao demolir as casas no Núcleo Rural de Taguatinga, mas continua defendendo a legalidade da ação e mantendo a sua posição de não indenizar ninguém. "Estamos assumindo este erro. A sociedade precisa entender que estamos agindo em nome do interesse coletivo", disse o líder do PT na Câmara, Antônio Cafu.

A declaração foi dada após uma longa e tensa reunião entre a vice-governadora, Arlete Sampaio, parlamentares petistas e da oposição e representantes dos moradores do Núcleo Rural. Pressionado pelo bloco rorizista, o governo decidiu suspender as demolições no local até que uma comissão estude a situação de todos os moradores.

"O governo reconheceu que a ação foi precipitada e decidiu aguardar que a Justiça aprecie a situação daquelas famílias", disse na saída o deputado distrital Luiz Estevão (PP). Indignado com a demolição das casas, o deputado Renato Rainha (PL) apresentou à vice-governadora cessões de direito datadas do ano de 1989, comprovando que as pessoas moravam há anos no local. "Grileiros e especuladores têm que ser punidos rigorosamente. Mas os inocentes não", repetia várias vezes.

Ao ser questionada pela imprensa se a atitude do governo foi politicamente correta ao demolir as casas, a líder do governo na Câmara, deputada Lúcia Carvalho, hesitou antes de responder: "Politicamente correto foi o que fizemos hoje. Não quero julgar nenhuma ação, mas me esforçar para que novas práticas de negociações aconte-

çam". Para a deputada, "casas desabitadas em áreas públicas podem e devem ser destruídas para dar o exemplo".

Notificações — De posse das notificações de embargos assinadas na mão, a vice-governadora tentava convencer os deputados da oposição de que os moradores tinham conhecimento de que se continuassem a construir teriam suas casas demolidas. "Mas as notificações não foram assinadas pelos proprietários. Por isso, perdem seu efeito legal", explica Luiz Estevão.

O promotor do Ministério Público do DF, Vetuval Martins Vasconcelos, informa que juridicamente as administrações regionais têm poder de polícia para emitir embargos e, se estes forem descumpridos podem, amparadas em lei, demolir as construções. "Desde que os proprietários sejam comunicados e assinem notificações dando ciência do fato", completa.

Comissão — A comissão criada pela vice-governadora tem até o final da semana que vem para apresentar um relatório. Fazem parte da comissão os deputados Renato Rainha (PL), Tadeu Fillipelli (PP), Luiz Estevão (PP), Manoelzinho (PP), Lúcia Carvalho (PT) e Antônio Cafu (PT) e Rodrigo Rollemberg (PSB). Os moradores estarão representados pelo advogado Hélio Araújo dos Santos.

Após a reunião com Arlete Sampaio, o bloco rorizista se dirigiu à entrada do Buriti, informando para um grupo de moradores do Núcleo Rural de Taguatinga que as demolições estão suspensas até que a situação seja analisada detalhadamente. Aliviados, os moradores comemoraram.

Tony Winston



Moradores de áreas invadidas foram ontem ao plenário da Câmara protestar contra a derrubada de casas próximo a Taguatinga